

Linda Brasil: desafios políticos da primeira mulher trans eleita deputada estadual por Sergipe

Tiago Damasceno Pereira¹

Resumo: O presente artigo analisa os desafios políticos enfrentados por Linda Brasil, primeira mulher trans eleita deputada estadual no estado de Sergipe, a partir de uma abordagem fundamentada na sociologia e na ciência política. O objetivo central consiste em compreender as dinâmicas sociais, culturais e institucionais que atravessam sua trajetória política, destacando as relações entre sistema político, alianças partidárias e processos de representação de grupos historicamente marginalizados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base fenomenológica, desenvolvida por meio de entrevista semiestruturada, cujos dados foram interpretados à luz da análise do discurso na perspectiva foucaultiana, articulada ao referencial teórico da sociologia política contemporânea. Os resultados evidenciam que a inserção de sujeitos historicamente excluídos nos espaços institucionais de poder representa um movimento significativo de ampliação da participação democrática, embora ainda marcado por resistências estruturais associadas ao coronelismo, às elites políticas tradicionais e às práticas excludentes presentes no sistema político brasileiro. Observa-se, ainda, que a atuação parlamentar analisada se caracteriza por estratégias coletivas de participação social, articulação com movimentos sociais e defesa de pautas interseccionais relacionadas à justiça social, aos direitos humanos e à ampliação da representatividade política. Conclui-se que a trajetória política de Linda Brasil evidencia tanto avanços quanto limites na consolidação de uma política representativa mais plural no contexto sergipano e nacional, revelando a importância da presença de sujeitos dissidentes de gênero nos espaços legislativos como elemento fundamental para o fortalecimento da democracia e para a transformação das práticas políticas tradicionais.

Palavras-chave: Sociologia política; Ciência política; Política brasileira.

¹ Doutorando. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS. tiago_ufs_adm@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4524-5808>

Da Exclusão à Representação Política

Nas eleições de 2022, dezoito representatividades LGBTQIAPN² foram eleitas em todo o Brasil. Dessas, 16 mulheres (14 negras e 05 transgêneros³), auferindo, juntas, 3,5 milhões de votos nas urnas. Mesmo sendo só 1% das candidaturas nas eleições de 2022, as representatividades políticas LGBTQIA+ receberam mais de 5% dos votos nos Estados em que concorreram. Entre os votos para candidaturas LGBTQIAPN+, percebemos que, 1 em cada 3 votos foi para uma mulher trans/travesti e 7 em cada 10 votos foram para uma candidatura negra.

O Tribunal Superior Eleitoral (2022), também, divulgou que o estado de Sergipe, localizado no nordeste brasileiro, escolheu, no último pleito eleitoral, os deputados estaduais que já estão em atuação na Assembleia Legislativa. Uma das eleitas é Linda Brasil Azevedo Santos, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que recebeu 2,36% dos votos válidos, com 100,00% das urnas apuradas, fazendo parte da bancada de oposição ao governo do estado. Natural de Santa Rosa de Lima, Linda Brasil nasceu em 14 de abril de 1973 e é filiada ao PSOL desde 2000. Já a coligação eleitoral com que ela disputou o cargo de deputada estadual contou com "PSOL/REDE⁴" na chapa. Após resultado das urnas, a recente eleita deputada estadual, em sua primeira entrevista, ao Portal G1 Sergipe (2022) disse:

“É um fato histórico para política sergipana, sem precisar se render a grupos políticos, mas fazendo uma política de conscientização, de resistência a esse sistema político de coronelismo do nosso estado. Eu tenho certeza que esses votos que recebi foram votos conscientes de pessoas que acreditam na transformação da política sergipana”.

2 Conforme a Aliança Nacional LGBTQIAPN+, esta sigla representa a diversidade de identidades e orientações sexuais. Inclui lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não-binários. Cada letra expressa uma forma de existir e amar fora das normas tradicionais. O “+” abrange outras identidades que também integram essa diversidade.

3 Transgêneros são pessoas que possuem a percepção de pertencer a um gênero que não condiz com o atribuído pela sua genitália de nascimento (JESUS, 2012).

4 A Rede Sustentabilidade (REDE) é um partido político brasileiro liderado por Marina Silva. Com representatividades políticas que vão da centro-esquerda à esquerda socialista (como a porta-voz Heloísa Helena, uma das fundadoras do PSOL), o partido se autodefine como "humanista e ambientalista".

Desta forma, é fundamental o reconhecer e o examinar, empiricamente, a natureza dos sistemas e das combinações políticas, a fim de descobrir quais sejam, na realidade, os princípios que regulam as relações internas e externas dos membros das comunidades políticas diversas daquelas que nos são familiares, confinadas dentro da perspectiva “eurocêntrica” (BOBBIO, 2000).

Linda Brasil é a primeira mulher trans a ser eleita deputada estadual em Sergipe. A deputada é mestra em educação pela Universidade Federal de Sergipe. Além disso, ela se posiciona como defensora dos direitos humanos, transfeminista, ativista LGBTQIAPN+ e defensora dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Em 2022, ano em que foi eleita, o Brasil registrou que, 256 pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ foram vítimas de morte violenta. O Brasil permanece sendo o país onde mais LGBTQIAPN+ são assassinados no mundo: uma morte a cada 34 horas. Esses dados estão pautados em notícias publicadas nos meios de comunicação, sendo coletados e analisados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), há 43 anos e que, entre 1963 e 2022 computou morte violenta de 6.977 LGBTQIAPN+ em nosso país.

Os gays persistem sendo a fração mais vitimada por mortes violentas em termos absolutos, ainda que as pessoas “trans”, que representam por volta de um milhão de pessoas, proporcionalmente, apreendem 19% a mais de riscos de crimes letais que os homossexuais. Quanto à idade das vítimas, prepondera a faixa etária dos 18 aos 29 anos (43,7%), o mais jovem com 13 e o mais idoso, com 81 anos. Chama a atenção que travestis, transexuais e transgêneros são assassinadas antes de completar 40 anos: do total de 110 vítimas trans, 83% morreram entre os 15 e 39 anos. Em relação à cor, propriedade demográfica eventualmente apontada nas reportagens, levando-nos a classificá-las a partir de suas fotos publicadas pela mídia, 120 das vítimas foram identificadas como pardas (46,8%) e pretas (14,8%), 37,1% brancas e 1% indígenas.

Já o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) auferiu, em maio do corrente ano, os dados do *Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil 2022*. A pesquisa foi efeito da coparticipação entre a Acontece Arte e Política LGBTI+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT),

com a finalidade de delatar as violências sofridas pela população LGBTQIAPN+, além de complexificar as condições de vida e de vulnerabilidade dessa população. Os números advertem que travestis e mulheres trans concebeu 58,24% do total de mortes (159); os gays, representaram 35,16% das ocorrências (96); homens trans e pessoas transmasculinas 2,93% dos casos (oito mortes); mulheres lésbicas representam a 2,93% das mortes (oito casos); pessoas bissexuais configuram 0,37% (uma morte); e os indivíduos identificados como outros segmentos representam 0,37%, também com uma morte.

Após estes dados e a vitória de Linda Brasil, este artigo objetivou pesquisar a política brasileira considerando as dinâmicas sociais, políticas e culturais de emergência e de transformação do “fazer política” no país, por meio da experiência da deputada estadual Linda Brasil. Tratamos em evidenciar a relação entre “sistema político” e “sistema de alianças”, dinâmica que compõe um dos elementos principais para a compreensão da política brasileira e de suas relações com o Estado, com os grupos dirigentes, com as performances partidária e eleitoral, com os processos de participação política, com os usos das mídias sociais digitais, entre outros. Aqui, foi examinado, situado e caracterizado os desafios políticos da primeira mulher trans eleita deputada estadual em um estado do nordeste brasileiro.

A motivação para a realização desta pesquisa decorre da relevância social, política e acadêmica da emergência de novas representações nos espaços institucionais de poder no Brasil contemporâneo, especialmente no que se refere à presença de sujeitos historicamente marginalizados no campo político. Nesse contexto, a eleição de Linda Brasil como a primeira mulher trans deputada estadual em Sergipe constitui um marco significativo para a compreensão das transformações recentes nas dinâmicas de representação política e participação democrática no país. Assim, investigar sua trajetória política e os desafios enfrentados no exercício do mandato permite problematizar as relações entre sistema político, movimentos sociais e processos de inclusão institucional, contribuindo para o avanço das discussões no campo da sociologia política acerca da ampliação da democracia e da inserção de identidades dissidentes de gênero nos espaços legislativos.

Assim, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada no método fenomenológico, com o objetivo de compreender as percepções e experiências políticas de Linda Brasil, primeira mulher trans eleita deputada estadual no Estado de Sergipe. Para tanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada, instrumento que possibilitou explorar de forma aprofundada as dimensões subjetivas de sua trajetória, considerando sua interseccionalidade como categoria analítica central. O processo investigativo seguiu as etapas de leituras flutuantes e dirigidas, à luz do referencial teórico da Sociologia, com vistas a sustentar a interpretação dos dados coletados. Em seguida, o material empírico obtido foi organizado e submetido à análise qualitativa de discurso, conforme a perspectiva proposta por Michel Foucault (1996), permitindo identificar os sentidos, tensões e estratégias discursivas presentes nas narrativas sobre os desafios políticos vivenciados na Assembleia Legislativa de Sergipe.

Segundo Prado (2000), o sentido da evolução de um povo pode diversificar; fatos adventícios a ele, variações internas intensas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas essas conjunturas associadamente, poderão interferir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. Vista desta ótica geral e ampla, a evolução de um povo se torna justificável. Os detalhes e acasos mais ou menos abstrusos, que formam a contextura de sua história e que ameaçam, por vezes, enevoar o que legitimamente configura a linha mestra que a define, calham ao segundo plano; e só então nos é dado conquistar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la.

Dessa forma, a escolha pela abordagem fenomenológica permitiu compreender os significados atribuídos pela participante à sua vivência política, buscando apreender o fenômeno a partir de sua experiência subjetiva e intersubjetiva. A partir dessa perspectiva, o processo analítico ultrapassou a mera descrição empírica, orientando-se para a compreensão dos sentidos manifestos e latentes nas narrativas produzidas durante a entrevista. Para aprofundar essa leitura, recorreu-se à análise do discurso na concepção de Michel Foucault (1996), cuja contribuição possibilitou examinar como o poder, o saber e a linguagem se articulam na construção das identidades políticas e das práticas de representação. A integração entre o enfoque fenomenológico e a perspectiva foucaultiana permitiu, assim, compreender simultaneamente as vivências individuais e

as condições discursivas que as tornam possíveis, revelando os modos pelos quais a subjetividade e a estrutura social se entrelaçam no campo político.

Com base nesse percurso teórico-metodológico, os dados foram organizados e interpretados de modo a evidenciar núcleos de sentido recorrentes, a partir dos quais emergiram duas categorias analíticas centrais: “**Singularidade política: concepções, linguagens e integração**” e “**Fazer político: múltiplas composições de ação e a inclusão na política de representação**”. Essas categorias expressam a articulação entre a experiência subjetiva e as práticas discursivas, permitindo compreender de forma mais ampla os fenômenos políticos contemporâneos e a inserção de novas identidades nos espaços institucionais de poder.

Singularidade política: concepções, linguagens e integração

A diversidade das experiências pertinentes aos gêneros e às sexualidades, ao apoderar-se de visibilidade na sociedade atual, tem registrado a precisão de reflexões e reposicionamentos dos setores sociais, políticos e campos do conhecimento. (Foucault, 2001). O movimento LGBTQIAPN+, desde seu surgimento em 1970 até os dias atuais no Brasil, se pautou e se inseriu em configurações díspares na política institucional e partidária.

As atuações nessas arenas foram construídas por meio da participação em Organizações Não Governamentais (ONGs), assessoria de mandatos políticos, na composição de conselhos e comissões de governos locais, estaduais e nacionais, na construção e discussão de ações políticas, enquanto coletivos articuladores de demandas e, até mesmo, na lógica representativa por meio da mediação de organizações partidárias. Nesta última, a interlocução Estado-movimento se deu de formas conflitivas, uma vez que havia um certo alarme de que as pautas do movimento fossem cooptadas por partidos e/ou perdessem sua importância no jogo político. De tal modo, as candidaturas de pessoas LGBTQIAPN+, relativamente controversas, eram erguidas em uma configuração personalista, no sentido em que as filiações ou cargos não eram coletivamente ajuizados e decididos no movimento, mas, sim, acolhendo às pretensões

políticas em um contorno individualista. Quanto ao pleito eleitoral de 2020 e 2022, no entanto, tornam-se percebíveis determinadas contrafações nesse quadro.

Desde as primeiras investidas e inserções no Estado até os últimos anos, notamos uma ampliação no número de candidaturas políticas e de pessoas LGBTQIAPN+ eleitas. Compreendemos que o ano de 2012 sinaliza essa guinada nos números. De forma mais particular, quando observamos os cargos legislativos municipais das eleições daquele ano apresentamos 26 pessoas eleitas. Em 2016, esse número acendeu para 38 e, em 2020, foram 116 pessoas eleitas⁵. O acréscimo exponencial de pessoas LGBTQIAPN+ eleitas na votação de 2020 pode assinalar uma constituição de estratégias políticas agregadas pelo movimento, por meio de uma aposta na institucionalidade.

Segundo Comerford e Bezerra (2013), o voto é apresentado como um circuito de significados que dá sentido à existência de grupos sociais. Portanto, a ocupação de cargos eletivos hoje vem proporcionar um movimento disruptivo em afinidade à dinâmica personalista presente em anos anteriores. A ideia, desenvolvida por autoras e autores, se repousa na lógica de que a abertura à institucionalidade impactaria no método do debate político e na produção de leis que calhariam a avaliar direitos, bem como oferecer mais visibilidade às demandas e pautas de frações historicamente marginalizadas da sociedade.

Destas candidaturas políticas LGBTQIAPN+, Linda Brasil tornou-se uma referência ao estado de Sergipe, ao Brasil, e a mesma descreve sua trajetória, partindo de sua origem à política, enfatizando seus estímulos, relatando que:

não tinha a menor motivação e percepção da vida política no sentido de militância e eleição. As motivações ocorreram, naturalmente, quando retornei da Itália, no início dos anos 2000, havendo uma mudança na forma de eu me perceber como pessoa participante do meio social. Agradeço muito por frequentar uma Escola de Pensamento Cristão, que é a Sociedade Maria Cristo, na época, se chamava Instituto Salto Quântico, que tem como líder o médium, escritor, conferencista internacional Benjamin Teixeira de Aguiar, onde, além de muito bem acolhida, fui sendo estimulada a participar da vida

⁵ Os dados foram construídos por Pedro Barbabela e Bárbara Mendes a partir do cruzamento de bases de dados de organizações da sociedade civil e de um trabalho investigativo que buscou identificar pessoas LGBTQIAPN+ eleitas de 1992 até 2020.

social, a fazer trabalhos voluntários, passando a perceber um acolhimento e a necessidade de interferir na realidade para melhorá-la a favor do bem comum. Eu me senti estimulada inclusive a voltar a estudar.

Após percepção de suas origens sociais e políticas, nasce um ciclo de vida, assim, Linda Brasil traz sua formação acadêmica:

e aí prestei vestibular para a Universidade Federal de Sergipe e lá comecei a vida política, a militância político-partidária, de maneira mais consciente, em 2013, na UFS, a partir do episódio em que um professor não quis me chamar pelo nome social e me constrangeu em sala de aula. Então, passei a buscar direitos e a estar mais atenta às violências institucionais e sociais, quando consegui, com muita luta e apoio de discentes e docentes e setores da sociedade, com que a Reitoria da UFS fizesse uma portaria regulamentando o uso do nome social para pessoas trans, inserindo-nos e nos dando visibilidade nos trâmites internos discentes. Nesta época, conheci o Coletivo de Mulheres de Aracaju e comecei a entender mais sobre as bandeiras feministas, transfeministas. Foi quando também decidi entrar mais na militância política. Mas, nesta época, nem sonhava em ser candidata.

Enquanto sua efetiva participação política, a entrevistada destaca que:

em 2016, onde fui candidata à vereadora, pela primeira vez, e obtive 2.308 votos, mas não fui eleita por causa da questão da legenda, apesar de ter mais votos do que quatro vereadores eleitos. Em 2018, fui candidata à deputada estadual, conquistando a confiança de 10.107 pessoas, e, para minha surpresa, fui votada em todos os municípios do Estado. Em 2020, fui a primeira mulher trans eleita vereadora e a mais votada dentre todas as candidatas e todos candidatos de Aracaju, e a experiência no parlamento municipal me fez perceber a necessidade de ampliar o trabalho, nossa forma de atuação política, e de dar visibilidade às nossas bandeiras em todo o estado.

A ocupação na esfera legislativa tem como objetivo, também, a conquista de um espaço que vem sendo percebido como um ambiente refratário às demandas do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil. Igualmente, mostra-se indispensável ocupar esse espaço para conquistar direitos, em uma lógica que integra justiça social ao poder político. Esse aumento expressivo no número de candidaturas e eleições das últimas décadas, percebe-se uma ênfase quanto ao número de travestis e transexuais partícipes dessas disputas. Entretanto, essa ocupação política, não é tão recente, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, uma das primeiras pessoas LGBTQIAPN+ eleitas no Brasil foi uma travesti, negra e sertaneja: Kátia Tapety, em 1992, no Piauí, onde se reelegeu à vereança por duas vezes e foi ainda eleita vice-prefeita de sua cidade, Colônia do Piauí.

Destarte, a politicidade não está mais perpetuada, apenas, às sociedades históricas ou à presença de um aparelho estatal, mas de modo a poder dar conta da grande diversidade de formas políticas no mundo (BOBBIO, 2000). Por meio desta “regra do jogo” foi que Linda Brasil obteve 28.704 votos em 2022. Segundo o Governo do Estado de Sergipe, o território sergipano está dividido em oito regiões. Essa divisão foi feita em 2007 para facilitar políticas públicas e a administração por parte do governo. Desta forma, destacamos o quantitativo de votos da deputada eleita em cada uma das regiões:

Distribuição Regional de Votos

REGIÃO	NÚMERO DE VOTOS	PORCENTAGEM
Agreste Central Sergipano	1.682	5,86%
Alto Sertão Sergipano	593	2,07%
Baixo São Francisco	529	1,84%
Centro Sul Sergipano	1.397	4,87%
Grande Aracaju	22.602	78,74%
Leste Sergipano	702	2,45%
Médio Sertão Sergipano	294	1,03%
Sul Sergipano	905	3,15%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2022).

Percebe-se aqui que, a deputada teve, como maior eleitorado, a população da região mais ao sul do estado. Quanto à população das cidades próximas ao Rio São Francisco não houve expressiva motivação ao voto para a então candidata. A representação de um “novo corpo político” e suas nuances de pautas interseccionais convenceu significativa parte do eleitorado sergipano, principalmente cidadãos e cidadãs da região metropolitana. Linda Brasil utilizou seus perfis de redes sociais: instagram, facebook, twitter e tiktok durante a campanha eleitoral e se mantém utilizando das redes para a divulgação de suas ações na assembleia legislativa. Não há dúvida de que as redes sociais adentraram, categoricamente, nos estilos contemporâneos de fazer política, onde vários movimentos articulados pela Internet estão causando diversos efeitos políticos ao redor do mundo (COMERFORD; BEZERRA, 2013).

Aprofundando sobre suas motivações para estar na política, Linda Brasil assegura que, seu objetivo consiste em:

gerar transformações na sociedade na direção de construirmos um país com justiça social, sem fome, sem violência, sem racismo, que combata o machismo, o sexismo, a misoginia, sem LGBTQIA+fobia, sem capacitismo e que seja atuante no combate a preconceitos e na afirmação do respeito às diferenças. Motiva-me lutar para que, no Brasil e em Sergipe, haja educação, saúde, saneamento básico com qualidade, sendo oferecidos para todas e todos, sem distinção de classe social; dar visibilidade a setores, pautas, segmentos sociais que foram e são invisibilizados, atuar em conjunto com os movimentos sociais, na proteção e ampliação de direitos, e fortalecer a classe trabalhadora em suas conquistas.

A deputada ainda acrescenta, mencionando que:

trabalho para mudar a fotografia do poder político-econômico-social para que a população esteja ocupando estes espaços de poder. Para que, cada vez mais, trabalhadoras(es), pessoas de comunidades tradicionais, pessoas negras, jovens periféricas(os), mulheres, mulheres negras, pessoas trans, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ ocupem espaços de poder e decisão, e não somente como vemos hoje: uma maioria esmagadora de homens, brancos, cis, vindos de classes econômicas que lutam por interesses de seus grupos e não da população como um todo.

Essa vinculação político eleitor que a deputada apresenta, é uma relação, ainda, menos visível e que, comumente, tem um histórico que ganha novos delineamentos após o período eleitoral. Os procedimentos como se situam a assiduidade dessas relações podem ser notadamente observadas a partir dos gabinetes de trabalho dos eleitos (COMERFORD; BEZERRA, 2013). Por esse motivo, cabe aos eleitores manterem-se atentos ao processo de continuidade ou interrupção dos exercícios políticos da então deputada e, à academia, fomentar pesquisas acerca deste novo corpo político, e analisar se sua metodologia é, efetivamente, inovadora e eficaz, mas principalmente, de forma continuada.

Já quanto sua rede de alianças políticas, a deputada enfatiza que:

sobretudo os movimentos sociais e a população, os quais temos levado para a Assembleia Legislativa em momentos decisivos de atuação de nossa mandata. É de fundamental importância, nestes tempos em que houve avanço de ideias fascistas e de enfraquecimento de nossa democracia, levarmos a participação popular para a Assembleia, mostrando a força da articulação coletiva. Do ponto de vista de colegas de parlamento, tenho dialogado com os deputados da bancada de oposição: Georgeo Passos – Cidadania, Marcos Oliveira – PL, Paulo Júnior – PV e o deputado Chico dos Correios – PT, que estava licenciado. Com Georgeo, Marcos e Paulo temos interagido de forma mais sistemática, propondo emendas, criando estratégias, em muitos embates contra projetos que têm sido enviados pelo governo sem dialogar com a população e, muitas vezes, sem sequer ter estudos que fundamentem o que está sendo apresentado.

Estas falas nos permitem apreender o papel central que cumprem os vínculos sociais e o sistema de alianças nas mecânicas de composição e de recomposição dos grupos dirigentes. Tal abordagem intenta suprir recursos para uma condução dos debates sobre a politização enquanto resultado da separação e interferência entre licenças de ações distintas e independentes. Petrarca e Oliveira (2017) tencionam estas relações políticas, onde outros coletivos sociais têm sido objeto de um universo de pesquisas que, de forma diversificada, assinala para a mescla entre estes dessemelhantes espaços.

A fala da deputada, quanto sua rede de alianças políticas, nos traz o questionamento que, de um lado, um contíguo de autores preocupa-se em evidenciar em que medida as implicações dessa vinculação afeta a autonomia de algumas categorias, demandando o que se produz nelas e suscitando efeitos na sua forma de organização. Nessas conjunções, Petrarca e Oliveira (2017) projetam que a autonomia se submete ao amortecimento dos arranjos dependentes do campo político ou diretamente a ele conexos. Por outro fluxo, a inquietação se direciona à dinâmica que admite essa relação em algumas circunstâncias sociais, históricas, políticas e culturais.

Quanto ao funcionamento das instituições políticas no estado de Sergipe, a deputada afirma:

babado viu... Funcionando para benefício da população, infelizmente não. Porque são frutos de uma ocupação histórica das elites econômicas que têm se fixado no poder e feito com que elas funcionem para a lógica de seus próprios interesses. É muito triste quando vemos, por exemplo, a relação do executivo em municípios e no estado com o parlamento e vice versa. Prefeitos que enviam projetos em cima da hora para vereadores e vereadoras apreciarem em urgência e sem envolverem a população nas discussões destes projetos.

Como se vê, a deputada nos faz remeter a Viana (1949), o qual postula que na vida pública, na vida privada, na vida administrativa, estes arranjos parentais -- poderosamente assentados sobre a legião dos seus “*clãs feudais*”, na história política brasileira, atravessam os tempos, ostentando prestígio e poder, na gestão pública, na operação dos partidos, no êxito das leis, mesmo nas revoluções, quando é caso disto.

Linda Brasil ainda acrescenta que as bancadas de situação sem contribuírem com uma análise mais acurada dos projetos e sequer apresentarem emendas para melhorarem os que precisem, sem fazerem uma ponte com o executivo no sentido de discutir o melhor para a população, infelizmente, na Assembleia, atualmente, o que vemos é o Governador enviando projeto e somente a oposição analisando, pontuando os problemas e tentando emendar, votar contra ou derrubar algo que vai ser ruim para a população. Temos ainda um longo caminho de conquistar mentes e corações para entenderem a importância da coletividade, da organização social e da força que as pessoas têm de fazerem unidas as instituições funcionarem para o povo.

Aqui, conforme mencionado por Comerford e Bezerra (2013), percebemos na fala da deputada que a coexistência e o embate entre referências e práticas distintas de política e de gestão pela administração pública compõem áreas expressivas das circunstâncias abordadas. Em oposição às condutas cristalizadas do fazer política e aos operadores políticos constituídos, observa-se a compleição de novas forças sociais comprometidas à promoção de novas práticas de governo, ou seja, Linda Brasil acredita nos processos políticos em que se agrupe a marca de participação popular a fim do embate desta para com o atual governo estadual.

Em referência à sua percepção quanto às “elites sergipanas”, no fazer político, e como a deputada compreende a inserção e/ou manutenção destes(as) na política estadual, Linda Brasil tenciona que:

basicamente grupos empresariais, famílias tradicionais donas de grandes latifúndios que trabalham para seus interesses e não para desenvolver políticas públicas que promovam justiça social e que gerem políticos de direita que estão há décadas no poder econômico do estado são as figuras que dominam a política em Sergipe. Infelizmente sofrendo como outros estados do país os impactos de séculos de uma política escravagista, dos anos de regimes ditatoriais em nosso país e a sombra do coronelismo, do autoritarismo, do assistencialismo, infelizmente é a nossa, ainda, presente realidade política.

A deputada estadual prossegue dizendo que ainda que forças progressistas tenham assumido algum nível de protagonismo no âmbito do poder político do estado, a estrutura das instituições e as formas de se eleger ainda passam por estes processos de

ligação muito mais com práticas autoritárias e pouco democráticas. No processo de eleição para deputada acompanhei muitas pessoas que diziam que não podiam declarar voto em mim porque parentes que trabalhavam em empresas contratadas ou como comissionados em prefeituras se prejudicariam.

É nítido que, acerca de seu posicionamento sobre a elite sergipana à política, Linda Brasil reforça o que Petrarca e Oliveira (2016) destacam, ou seja, a deputada e os referidos autores nos remetem que a “elite”, ou “classes dominantes”, “classes dirigentes”, ou ainda, “grupos dominantes”, entre outras expressões, despontam, mais uma apreensão aos contextos sociais de possibilidade, os procedimentos de acesso, recrutamento, os preceitos de seleção e de hierarquização social e institucional daqueles que dominam os arranjos estimados e/ou privilegiados. Logo, o destaque a uma minoria que por seus “dons” e “competências” capta uma autoridade sobre espaços, instituições e disposições sociais e políticas diversificadas, estabelece mais um dos padrões da emergência e da concretização das discussões sobre as elites. Linda menciona que:

este também é um desafio: a organização da população para romper com a lógica colonialista, capitalista, opressora que não se ocupa em estimular a cidadania das pessoas e sim percebê-las tão somente como “massa de manobra” para interesses de grupos. Hoje o projeto de poder refletido no governo do estado e em grande parte das prediréis é o da força dos interesses do capital e do poder econômico. A lógica da terceirização, do sucateamento de tudo que é público e a privatização de serviços é o que predomina.

Ela conclui relatando que o desafio de mudar a fotografia do poder e de inserir nos espaços a população e as maiorias na política e nas esferas de decisão do estado para que a máquina saia da lógica de alimentar os propósitos e trabalhar para as elites e passe a trabalhar para a população de fato é o que, ao longo dos anos, o PSOL tem lutado e foi o que me atraiu para estar no partido integrando esta luta. De acordo com Comerford e Bezerra (2013), esse composto de análises consente apreender que no processo eleitoral está em jogo uma mescla de concessões, relações e recortes que não podem ser apropriadamente compreendidos se expedidos, puramente, à questão da escolha de representantes para as gerências do legislativo e do executivo, ou às contestações em

volta das ideologias políticas. Os autores complementam relatando que, fora do “tempo da política”, a política é conexas, mais abertamente, ao desempenho de especialistas, principalmente os políticos, e instituições entendidas como políticas: partidos, parlamentos e órgãos governamentais ou não, dentre outras. A análise dos exercícios e representações sociais que abonam o direcionamento à performance destes especialistas e instituições compõe outro eixo de investigação examinado na pesquisa.

Fazer político: múltiplas composições de ação e a inclusão na política de representação

Focando a participação de travestis e transexuais nos pleitos e nos cargos legislativos municipais, estaduais e federais, percebemos que as políticas sociais erguidas nos últimos anos podem ser um artefato importante correlacionado. Vale destacar que essas políticas foram possibilitadas por muitas lutas dos movimentos sociais e envolveram, até mesmo, ações do poder judiciário que se sobrepuseram ao legislativo, na prerrogativa de prover falhas na garantia de direitos. Exemplo disso, são as implicações acerca da participação na política institucional, podemos citar a adoção de cotas na política, tanto de gênero como de raça.

Na perspectiva em dirimir as disparidades de gênero na política, uma série de consignações e normativas foram instituídas no Brasil. Em 2009, com a Reforma Eleitoral, ficou constituído, como obrigação das legendas, a inscrição de no mínimo 30% de mulheres em chapas proporcionais, bem como a titulação de 5% do fundo partidário e 10% do tempo eleitoral para as candidaturas femininas. Cabe-se avultar que, mesmo com todas essas minúcias, na tentativa de afiançar equidade, a realidade da política institucional ainda passa pela cisheteronormatividade⁶.

⁶ A heteronormatividade presume a cisheteronormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, pra que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo estado (GRIMM, 2017)

As travestilidades e transexualidades não são ajuizadas nesse jogo político, que é uma jurisdição em devotada disputa. Ainda que a reforma tenha impactado em absoluto as eleições de 2016, ela também sujeitou um impasse na dinâmica política: não considerou travestis e transexuais quanto à retificação de registro civil; foram descritos episódios de desrespeito à identidade de gênero de pessoas transmasculinas a fim de impender com o critério de 30% posto em lei e, por fim; as pessoas registradas, como mulheres, nesse pleito representaram 86% de 18,5 mil pessoas candidatas que não auferiram votos.

Todo esse desenho se justifica pela ininterruptão de um signo na legislação que sustentava a interpretação dúbia sobre a inclusão ou não de travestis e transexuais nessas políticas: o sexo. Essa palavra decorria na lei como o garantidor da contenção das candidatas na legislação e as cotas eram assim apreendidas como cotas por sexo, induzindo a uma lógica biologicista que reportava o binarismo de gênero. Isto é, abrangia o corpo como um amplificador para o reenquadramento de sujeitos que resistiam à cisnorma. As eleições de 2018 foram as primeiras em que houve a revisão desses termos devido a um parecer do Ministério Público Eleitoral ao Tribunal Superior Eleitoral. Após estas lutas e conquistas, foi possibilitado à Linda Brasil a aplicabilidade de seus planos legislativos:

na institucionalidade das Casas Parlamentares, buscamos promover projetos, iniciativas que levem as pautas da população para dentro destes locais. Busco também levar a participação das comunidades para dentro destas instâncias e cobro do executivo que o faça. Outra questão importante que devo destacar é a de que nossa atuação tem sido pedagógica no sentido de mostrar à população qual é o papel de uma pessoa que ocupa um parlamento. Eu atuo desconstruindo a visão de que quem está, neste espaço, deve realizar assistencialismos.

Já sobre sua percepção quanto ao seu perfil enquanto parlamentar, ela tenciona que:

o papel da pessoa que ocupa um parlamento não pode ser o de conseguir emprego, o de pagar uma conta de luz, o de fazer com que pessoas fiquem “dependentes” de quem está no cargo. Nós devemos fiscalizar o Executivo e fazer com que as políticas públicas funcionem para que a população tenha acesso a serviços e possa, de forma autônoma, desenvolver sua vida e fazer suas escolhas e opções políticas sem medo de serem perseguidas, retalhadas ou mesmo marcadas. Eu atuo para fortalecer e comunicar à população como deve atuar uma pessoa dentro do regime democrático.

Linda traz questionamentos como o que ocorre em cidades do interior, é muito comum ainda que a população esteja refém de grupos que usam a política, ocupando o espaço público de uma prefeitura dentro de uma lógica de que o espaço, naquele tempo, é privado daquele grupo e aí gera um processo na verdade antidemocrático e que desrespeita todo o sentido da coisa pública. Assim, a população ainda sofre influências e recebe uma forma de atuar, politicamente, herdeira do coronelismo, do autoritarismo e do militarismo, despontando uma polivalência semântica, dinamicidade e variedade dos exercícios do fazer política, o que lhe consente avivar tanto as singularidades, como a complexidade e as vinculações excepcionais da política em termos etnográficos (COMERFORD; BEZERRA, 2013).

Apesar de não comporem o maior número de filiações partidárias, travestis e transexuais tornam-se responsáveis por uma ampla margem das candidaturas que resultam em mandatos. Refletindo sob os marcos temporais que situamos anteriormente, em 2012 apresentamos 8 eleitas que se identificaram como travestis e transexuais⁷. Em 2016, foram 89 candidaturas e 11 eleitas e, em 2020, foram 294 candidaturas, com um total de 30 eleições, segundo os dados do Relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Assim, produzimos reflexões sobre as configurações de representação, dinâmicas de violência e ações a serem adotadas por organizações e agentes sociais que envolvam as realidades de travestis e transexuais na arena política. Referimos aqui, em tempo presente e futuro, os variados processos políticos os quais podem ser conservados ou modificados ao longo dos quatro anos de mandatos parlamentares. Todavia, algumas ementas se fazem indispensáveis a fim de discorrer esse cenário inédito na política nacional.

As últimas décadas historiaram o renascimento da seriedade do campo de conhecimento designado políticas públicas, bem como das instituições, regras e modelos que conduzem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Diversos

⁷ Neste ano, as candidaturas e eleições não foram contabilizadas pela Antra e, assim, muitas travestis e transexuais se perceberam adotando a cisnorma binária, tornando impossível a concepção do número real de candidaturas. Esse número foi compreendido por Gustavo Gomes da Costa Santos em seu artigo “Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas travestis e transexuais no Brasil contemporâneo”, de 2016.

fatores colaboraram para a máxima visibilidade deste segmento. Aqui, proporcionamos a multiplicidade, ao apresentar uma perspectiva teórica e metodológica do fazer político, contribuindo à área do conhecimento que versa de fenômenos sociais contemporâneos. Este estudo traz uma combinação de leituras acerca dos fenômenos empíricos atuais e sobre pontos teóricos basilares da política. Assim, destacamos o fazer político da deputada Linda Brasil, descrevendo seu método. De tal modo, quanto à metodologia do fazer política, Linda Brasil enfatiza que:

É uma responsabilidade muito grande. Nunca quis ocupar esse espaço por ocupar, para ser mais uma. A nossa mandata busca atuar de forma coletiva, através de grupos de trabalho, e nossa metodologia é um processo vivo, por assim dizer, já que busca constantemente ouvir as demandas e dialogar com a população e os movimentos sociais para levar estas demandas para o legislativo e o executivo com o propósito de pressionarmos na direção de criar, manter ou ampliar políticas públicas que favoreçam os setores mais vulnerabilizados da população.

Neste sentido, ela persiste:

Atuamos muito contra os processos neoliberais que atingem a estrutura de estado e que tentam privatizar todos os serviços, criando assim obstáculos para incluir a população menos favorecida e a mais vulnerável no acesso a estes serviços, bem como dificultando a vida da classe trabalhadora através de tarifas exploratórias com um serviço, na maior parte das vezes, que chega a ser muito ruim. Ao mesmo tempo que entendemos a força da construção coletiva, também sabemos que a nossa atuação tem um papel importante na desconstrução de vários estereótipos e também no combate ao machismo, à LGBTfobia, à misoginia, ao sexismo e à falta de educação.

Com base em seu discurso, a deputada traz um caráter diferenciado de fazer política, não fundamentalmente interligado ao estado. De acordo com Comerford e Bezerra (2013), os movimentos sociais populares são parte primordial das configurações do fazer política. Seus contornos de disposição e enunciação, bem como as estruturas como constituem relações com diversificados atores noticiam percepções sobre a realidade social em que se incluem. As categorias por eles mobilizadas confirmam seus estilos de ser, fazer e pensar. A partir de sua análise é admissível reconstituir sentidos e desenhos de organização da vida social e política.

Sua rede de gestão política vem sendo disposta em uma “construção que tem buscado ser coletiva e participativa, ouvindo a população e a classe trabalhadora, e isso se dá através de Grupos de Trabalho (GTs). Desde quando fui eleita vereadora, em

Aracaju, em 2020, nós temos organizado os trabalhos do mandato através de Grupos de Trabalho (GTs), como uma forma de reforçar o caráter coletivo e participativo de forma a subsidiar minha atuação como representante da sociedade no parlamento. Na época, a distribuição dos grupos se dava da seguinte forma: Movimentos Sociais, Legislativo jurídico e Administrativo”. Atualmente, a gestão da deputada, contem oito grupos de trabalho:

1. GT de Direitos Humanos - engloba as áreas de saúde, assistência social, inclusão, mulheres, pessoas negras, segurança pública, combate racismo, combate a lgbtqia+fobia e ao capacitismo.

2. GT de Educação - engloba as pautas de todos os níveis de educação formal e informal.

3. GT Socioambiental - está conosco na luta pelo respeito às comunidades tradicionais, à preservação do meio ambiente, ao acesso às cidades, a questões climáticas, entre outras pautas que afetam nosso cotidiano.

4. GT Legislativo – dá apoio à minha atuação no plenário e acompanha a tramitação dos projetos que chegam, na Casa, e também junto com o jurídico ajuda na transformação das demandas que chegam da população em proposições ou intervenções nossas na tribuna e nas comissões.

5. GT Jurídico – junto com o legislativo e demais GTs, atua dando suporte para transformar em proposições as demandas dos movimentos sociais, população e também atua, muitas vezes, externamente, intervindo junto às instituições jurídicas para garantir direitos de grupos e pessoas.

6. GT Comunicação – além de divulgar nossa atuação no parlamento e trazer as demandas da população que chegam através das redes sociais, ajuda-nos a levar informações sobre o papel do(a) parlamentar e atua como instrumento educativo para levar à sociedade informações relacionadas à defesa de nossas pautas, além de ser parceira dos movimentos sociais na difusão de conhecimentos importantes que fortaleçam nossa mandata como um instrumento de participação popular.

7. GT Cultura e Juventude – atua junto aos movimentos culturais e de juventude levando demandas destes setores para a mandata.

8. GT Administrativo – dá o suporte de funcionamento da estrutura dos gabinetes na Alese e na rua Itabaiana no Centro.

Acerca do apagamento da existência, das subjetividades e de uma história de luta de travestis e transexuais, em favor de um fortalecimento da organização partidária, pode ser entendido como uma das facetas de violências que permeiam a vida dessas pessoas e que impactam diretamente na sua vontade de participar da política institucional e na própria atuação parlamentar. Outras formas de violência política, que podem ser exemplificadas já neste 2020, passam por diversos casos de assédio e ameaças divulgados em mídias sociais. Há pessoas eleitas que correm o risco de não assumir seus mandatos por ter sua vida colocada em risco por outros agentes do campo político que não concordam com a diversidade como parte da tessitura política nacional.

Se a sociedade é marcada por lógicas opressoras e excludentes, o sistema político institucional atualiza essas dinâmicas Lgbtqia+fóbicas, racistas, machistas, elitistas, entre outras formas de violência, preconceito e discriminação. Assim, a realidade de travestis e transexuais que ocupam esse espaço é marcada por barreiras e restrições que impedem sua plena atuação parlamentar. Uma das situações que podem ser efeito dessas violências cotidianas e, em muitos casos, “sutis” que acontecem nas candidaturas e efetivação dos mandatos é o alto índice de migração de legendas. Para que se possa ter uma ideia, das dez vereadoras eleitas em 2016 que tentaram algum cargo em 2020, apenas três se mantiveram nos mesmos partidos.

Isso pode parecer parte do jogo, mas essa instabilidade prejudica a construção de uma carreira política consolidada, tendo em vista justamente o uso que os partidos acabam fazendo dessas candidaturas. Destarte, há uma ausência de apoio dessas vereadoras e desses vereadores no que tange a construção da sua atividade parlamentar junto à legenda, bem como um déficit de formação política pensando nos regimentos e normativas institucionais. Nesse cenário, algumas ações poderiam ser pensadas a fim de amparar e estreitar as relações entre Estado e movimento. Seria interessante, por exemplo, a criação de uma rede integrada entre organizações do movimento, como a

Antra, junto a travestis e transexuais que foram eleitas/eleitos, no intuito de conectar esses agentes políticos e prover suporte e assistência técnica de diversas ordens⁸.

O estreitamento das relações entre Estado, organizações e militância seria constituído, assim, por meio de uma estratégia muito cara à resistência histórica do movimento de travestis e transexuais brasileiras: as redes de apoio. Esses espaços de troca e formação se tornam estratégicos a partir do momento que possibilitam tanto uma projeção das pessoas eleitas em plano nacional, como uma aproximação destas com organizações e o eleitorado. Isso permitiria um maior controle social sobre suas ações e a pressão no que tange a garantia de direitos para o segmento, fundamentais à lógica representativa. Sobre as perspectivas quanto à política sergipana e quais desafios vem enfrentando, a deputada relatou que:

o maior desafio é o de lidar com espaços institucionais em que as práticas estruturais ainda são machistas, misóginas, lgbtqia+fóbicas e que vamos ocupando o espaço de poder e desconstruindo estas estruturas, ainda que de forma que pareça ser muito pouca. Mas, a atuação e a mensagem simbólica têm um poder muito grande. Assim como Marielle Franco me inspirou e inspira tantas pessoas que eram sementes e hoje já germinam frutos, sei que o que nossa mandata está realizando está impactando vidas.

Ela continua referindo que:

estamos na perspectiva de levar o legado de mulheres feministas que combateram e combatem o coronelismo, a política reacionária e voltada para gerar desigualdades. Além disso, sei que abro caminho para mais mulheres e homens trans, pessoas LGBTQIA+ que sabem que não precisam esconder quem são para serem líderes, sei que sirvo de inspiração também a pessoas idosas, a pessoas com deficiência, e minha perspectiva é essa mesmo de influenciar, cada vez mais, as pessoas para que participem das discussões que envolvem a política não só na época de eleição. É um movimento de transformação que vai deixando sementes em pessoas que são solos. Muitos estarão férteis e darão frutos em breve.

A deputada estadual articulou que o desafio é de cada vez mais fortalecermos as redes e conexões das pessoas que participam de lutas sociais, de movimentos que estão nas maiorias minorizadas, das pessoas que estão invisibilizadas, da classe trabalhadora, de forma a atuarmos cada vez mais de forma organizada na direção de transformarmos

⁸ Assistências técnicas para além dos mandatos, de modo inclusivo, são imprescindíveis. Atuações com o objetivo ao cuidado, como, por exemplo, com a saúde mental de quem se aprontou a enfrentar o cotidiano da política institucional.

as estruturas reacionárias e que favorecem a elite econômica em estruturas de estado capaz de gerarem políticas públicas que distribuam riqueza, ajam com equidade e sirvam à população, e não a grupos. Neste sentido, Linda conclui dizendo que:

temos o desafio de fortalecer, ainda mais, o campo da esquerda sergipana e neste sentido percebo o PSOL como este partido que está crescendo como em torno das lutas e sociais e de um projeto de parceria com a população para que cada vez mais ocupemos espaços de poder, transformando a forma de fazer política, trazendo as pessoas para participarem das instâncias de decisão e também fazendo com que a riqueza gerada por nossos municípios e nosso estado seja distribuída. Tenho contribuído muito para que o partido esteja nesta conexão com a sociedade, e nossos resultados eleitorais refletem isso.

O que ocorrerá nos próximos anos ainda é uma questão complexa de se responder. O que podemos pontuar é a necessidade da realização de um acompanhamento próximo e contínuo das rotinas parlamentares de cada uma das pessoas eleitas, compreendendo suas posturas no que tange à proposição de projetos e à forma como votam nas casas legislativas locais. Para além disso, torna-se importante criar meios de auxílio na construção de um mandato que não seja desqualificado pelo seu gênero e/ou sexualidade. A democracia é uma luta constante e paradoxal, na medida em que é pautada pela igualdade de todo e qualquer um (traduzida pela soberania e participação popular) e pela liberdade. Assim, torná-la radical e plural passa pela garantia, cada vez mais urgente, de travestis e transexuais no poder e a representação de seus direitos, tendo em vista o avanço do conservadorismo nos diversos segmentos, pautas e agendas políticas do país.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os desafios políticos enfrentados pela primeira mulher trans eleita deputada estadual no estado de Sergipe, situando sua trajetória no interior das dinâmicas contemporâneas da sociologia política brasileira, particularmente no que se refere às relações entre sistema político, sistema de alianças e processos de representação de sujeitos historicamente marginalizados. A partir de uma abordagem qualitativa fundamentada no método fenomenológico e na

análise do discurso de orientação foucaultiana, foi possível identificar elementos estruturais e conjunturais que configuram tanto os limites quanto as potencialidades da inserção de novos sujeitos políticos nos espaços institucionais de poder.

Inicialmente, observou-se que a emergência de novas representações políticas vinculadas às pautas interseccionais não constitui apenas um fenômeno eleitoral isolado, mas deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de transformação das práticas políticas contemporâneas no Brasil. Nesse sentido, a eleição analisada revela alterações importantes na configuração dos mecanismos tradicionais de acesso ao poder, historicamente marcados pela centralidade das elites políticas e econômicas regionais, pelas estruturas clientelistas e pelos arranjos oligárquicos que ainda persistem em diversos contextos estaduais e municipais do país. Tal cenário confirma a relevância de compreender a política como um campo dinâmico, atravessado por disputas simbólicas, institucionais e sociais que reorganizam continuamente suas formas de representação (BOBBIO, 2000).

Nesse contexto, a trajetória política investigada evidencia que a ampliação da participação democrática não ocorre de maneira linear nem homogênea, mas por meio de tensões permanentes entre práticas políticas tradicionais e novas formas de atuação coletiva orientadas pela participação popular e pela articulação com movimentos sociais. A presença de sujeitos historicamente excluídos das instâncias decisórias institucionais representa, portanto, não apenas um avanço simbólico no campo da representação política, mas também uma possibilidade concreta de reconfiguração das agendas legislativas e das prioridades institucionais.

A análise dos dados empíricos permitiu identificar que a atuação parlamentar examinada está fortemente associada à construção de estratégias políticas baseadas na interlocução com movimentos sociais, na defesa de direitos humanos e na valorização de pautas relacionadas à justiça social e à inclusão institucional. Esse aspecto evidencia que a ocupação de espaços legislativos por sujeitos oriundos de trajetórias militantes tende a produzir novas formas de exercício do mandato parlamentar, orientadas pela participação coletiva e pela ampliação do diálogo entre sociedade civil e instituições políticas. Tal configuração reforça a compreensão de que a política contemporânea deve

ser analisada a partir de seus múltiplos níveis de interação entre Estado, sociedade e grupos sociais organizados (COMERFORD; BEZERRA, 2013).

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se à permanência de estruturas históricas de poder que ainda condicionam significativamente o funcionamento das instituições políticas regionais. A análise das narrativas produzidas durante a entrevista demonstra que práticas associadas ao coronelismo, ao autoritarismo político e à concentração de poder em grupos dirigentes continuam exercendo influência sobre os processos decisórios locais. Essa constatação dialoga com interpretações clássicas da formação política brasileira, segundo as quais a estruturação do Estado e das instituições políticas nacionais foi profundamente marcada por relações patrimoniais e hierárquicas que ainda repercutem na contemporaneidade (PRADO JR., 2000).

Nesse sentido, a presença de novas representações políticas nos espaços legislativos deve ser compreendida simultaneamente como resultado de transformações sociais recentes e como resposta às limitações históricas do sistema político brasileiro. A inserção de sujeitos dissidentes de gênero nas instituições legislativas contribui para tensionar modelos tradicionais de representação e ampliar as possibilidades de participação democrática, sobretudo ao introduzir novas perspectivas analíticas e experiências sociais historicamente invisibilizadas no interior do debate político institucional.

Além disso, a análise discursiva realizada permitiu compreender que a construção das identidades políticas não ocorre de forma isolada, mas se constitui por meio de relações complexas entre linguagem, poder e saber. Nesse sentido, a abordagem foucaultiana possibilitou identificar como os discursos políticos produzidos no interior das instituições legislativas operam simultaneamente como instrumentos de legitimação e contestação das estruturas de poder existentes, contribuindo para a redefinição dos sentidos atribuídos à representação política e à participação democrática (FOUCAULT, 1996; 2001).

Outro elemento fundamental identificado ao longo da pesquisa refere-se à centralidade da interseccionalidade como categoria analítica para a compreensão das

experiências políticas contemporâneas. A trajetória investigada evidencia que gênero, classe, raça e sexualidade constituem dimensões estruturantes dos processos de participação política, influenciando tanto as possibilidades de acesso aos espaços institucionais quanto as estratégias utilizadas na construção de alianças políticas e na formulação de agendas legislativas. Nesse sentido, a interseccionalidade configura-se como instrumento teórico indispensável para a análise das desigualdades estruturais presentes no sistema político brasileiro (AKOTIRENE, 2018).

A pesquisa também demonstrou que o uso das mídias sociais digitais constitui um elemento estratégico relevante na redefinição das práticas políticas contemporâneas. A ampliação das formas de comunicação entre representantes e representados, mediada pelas plataformas digitais, contribui para a construção de novos modelos de participação política baseados na interação direta com a população e na ampliação da visibilidade de pautas historicamente marginalizadas. Essa transformação evidencia que os processos eleitorais contemporâneos não podem ser compreendidos apenas a partir das estruturas partidárias tradicionais, devendo considerar também os impactos das tecnologias digitais na reorganização das dinâmicas políticas.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à persistência de formas estruturais de violência política direcionadas a sujeitos dissidentes de gênero. A análise dos dados empíricos evidencia que a presença desses sujeitos nos espaços institucionais ainda é atravessada por resistências simbólicas e institucionais que dificultam a consolidação de práticas políticas verdadeiramente inclusivas. Tal constatação reforça a necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas à proteção da diversidade e à promoção da igualdade de direitos no campo político e social (SANTOS, 2016).

Além disso, a pesquisa evidenciou que a ampliação da participação de pessoas trans nos espaços institucionais constitui um fenômeno relativamente recente no cenário político brasileiro, ainda marcado por desafios estruturais relacionados à desigualdade de acesso aos recursos eleitorais, à sub-representação partidária e à persistência de práticas discriminatórias. Entretanto, observa-se que o crescimento do número de candidaturas e mandatos conquistados por pessoas trans nas últimas décadas indica a

consolidação de um processo gradual de transformação das estruturas políticas nacionais (ANTRA, 2020).

Por fim, conclui-se que a presença de novos sujeitos políticos nas instituições legislativas representa um elemento fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira, na medida em que contribui para ampliar os mecanismos de representação e promover maior pluralidade no interior dos espaços decisórios. A análise realizada evidencia que a trajetória política investigada constitui um marco relevante no processo de reconfiguração das práticas políticas contemporâneas no estado de Sergipe, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de continuidade de pesquisas que investiguem os impactos dessas transformações no funcionamento das instituições políticas brasileiras.

Dessa forma, destaca-se que a consolidação de uma democracia efetivamente plural depende da ampliação contínua dos mecanismos de participação política e da valorização da diversidade como elemento estruturante da representação institucional. Nesse sentido, a inserção de sujeitos historicamente marginalizados nos espaços legislativos não deve ser compreendida apenas como resultado de conquistas eleitorais pontuais, mas como parte de um processo mais amplo de transformação social orientado pela ampliação dos direitos e pelo fortalecimento da cidadania democrática.

Referências

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ANTRA. **Mapeamento de candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020.** Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BOBBIO, Noberto et al. **Dicionário de política.** Tradução de Carmen Varriale et al. V.2, 5aed. Editora UNB, 2000.

CALGARO, Fernanda; CARAM, Bernardo. **Eleição de 2018 será novo teste para lei que prevê cota de mulheres candidatas**. G1, Brasília, 08 de março de 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/3Vce2>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

COMERFORD, J.C. e BEZERRA, M.O. **Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política**. *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), pp. 465-489, 2013.

ELEIÇÕES 2020: **11% dos candidatos negros são vistos como brancos**. *O Tempo*, Belo Horizonte, 11 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fwiODt>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FOUCAULT, M. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GHERINI, Pamela Michelena de Machi; VALENTIM, Giovanna; BENEVIDES, Bruna; DAIER, Felipe Brandão. **Guia para retificação do registro civil de pessoas não-cisgêneras**. s.l.: Antra, Casal e Baptista Luz Advogados, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2J8NtdK>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GRIMM, Raíssa Éris. **Heteronormatividade e transfobia: sobre a invisibilidade trans lésbica**. 2017. Disponível em Acesso em 17 jun. 2023.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

NUNES, Brunella. **O que é a afroconveniência e por que ela é tão discutida nas eleições**. TAB, s.l., 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/375Rp7C>>. Acesso em: 16 mai. 2023

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA; Wilson José Ferreira de. **Os estudos de elite no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente**. In: Grill, Igor G.; reis, Eliana Tavares dos. (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, v. 2, 2016.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas**. *Política & Sociedade: revista de sociologia política*, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 191-224, set./dez. 2017.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Representação local e política partidária: candidaturas transexuais e travestis no Brasil**. *Sexuality Policy Watch*, Rio de

Janeiro, 18 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3610sYg>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 2000.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo**. Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, n. 23, p. 58-96, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/37NqoGg>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Linda Brasil: Political Challenges of the First Transgender Woman Elected State Deputy in Sergipe

Abstract: This article analyzes the political challenges faced by Linda Brasil, the first transgender woman elected as a state deputy in the state of Sergipe, Brazil, based on an approach grounded in sociology and political science. The main objective is to understand the social, cultural, and institutional dynamics that shape her political trajectory, highlighting the relationships among the political system, party alliances, and processes of representation of historically marginalized groups. This is a qualitative study with a phenomenological basis, developed through a semi-structured interview whose data were interpreted in light of discourse analysis from a Foucauldian perspective, articulated with the theoretical framework of contemporary political sociology. The results demonstrate that the inclusion of historically excluded subjects in institutional spaces of power represents a significant movement toward the expansion of democratic participation, although it remains marked by structural resistance associated with coronelismo (regional oligarchic political structures), traditional political elites, and exclusionary practices present in the Brazilian political system. Furthermore, the parliamentary activity analyzed is characterized by collective strategies of social participation, articulation with social movements, and the defense of intersectional agendas related to social justice, human rights, and the expansion of political representativeness. It is concluded that Linda Brasil's political trajectory reveals both advances and limitations in the consolidation of a more plural representative politics in the contexts of Sergipe and Brazil, highlighting the importance of the presence of gender-dissident subjects in legislative spaces as a fundamental element for strengthening democracy and transforming traditional political practices.

Keywords: Political Sociology; Political Science; Brazilian Politics.

Recebido: 15/12/2025
Aceito: 31/12/2025